



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 836/97

“Dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado e dá outras providências”

O Povo do Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou a seguinte Lei.

Art. 1º - Esta Lei disciplina a contratação de pessoal, a título precário e por tempo determinado, para atender necessidade temporária e de excepcional interesse público do Município, nos termos do inciso IX, do artigo 37, da Constituição Federal.

Art. 2º - A contratação objeto desta lei revertir-se-á de ato formal regido pelo direito administrativo e observará, quanto à duração, o prazo máximo de 6 meses.

Parágrafo único - É vedada a prorrogação de contrato, salvo se, no prazo estipulado, a Administração Municipal por motivo diverso de sua vontade, não tiver conseguido cumprir as normas no artigo 1º, ficando, neste caso, o contrato prorrogado por igual período.

Art. 3º - É vedada a contratação da mesma pessoa pela Administração Municipal ainda que para prestar serviços diferentes, pelo prazo de dois anos, a contar do término do primeiro contrato.

Art. 4º - A contratação para os cargos constantes do ANEXO I será precedida de processo iniciado por proposta do titular do órgão do Poder Executivo Municipal, que submeterá ao Prefeito o número de pessoal necessário ao funcionamento da unidade, publicando-se a autorização com a respectiva fundamentação legal, bem como o extrato do contrato no Diário Oficial do Município ou do Estado ou pelos meios usuais de divulgação dos atos da Administração do Município de Lajinha.

Parágrafo Primeiro - Constatarão obrigatoriamente das propostas de contratação de pessoal a que se refere o artigo:

- I) Justificativa;
- II) Prazo;
- III) A função a ser desempenhada ou o cargo a ser ocupado;
- IV) A remuneração;
- V) A dotação orçamentária;
- VI) A demonstração da existência de recursos;
- VII) Habilitação exigida para o cargo.

Parágrafo segundo - A remuneração a que se refere o inciso IV do parágrafo anterior não deverá ser inferior ao salário mínimo vigente no País, decretado pelo Governo Federal.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 5º - Somente poderão ser contratados nos termos desta Lei os interessados que comprovarem os seguintes requisitos:

- I) Ser Brasileiro;
- II) Ter completado 18(dezoito) anos;
- III) Estar no gozo dos direitos políticos;
- IV) Estar quite com as obrigações militares;
- V) Ter boa conduta;
- VI) Gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício dos trabalhos que lhe serão afetos ou da função;
- VII) Possuir habilitação profissional para o exercício do cargo ou função.

Parágrafo Único - O contratado assumirá o desempenho de suas tarefas e atividades no prazo convencionado no contrato, apresentando na oportunidade a comprovação de condições físicas e mentais aptas ao cumprimento das mesmas nos termos de laudo de sanidade e capacidade emitido pelo médico da Prefeitura ou por médico por esta credenciado.

Art. 6º - Os contratados , segundo a presente Lei, estão sujeitos aos mesmos deveres e proibições, inclusive no tocante à acumulação de cargos e funções públicas, a ao mesmo regime de responsabilidade vigente para os demais servidores públicos nos termos da Constituição da República.

Art. 7º - Aos contratados nos termos desta Lei, assistem os mesmos direitos e vantagens dos demais servidores públicos, no que couber.

Art. 8º - Ocorrerá a rescisão contratual:

- I) A pedido do contrato;
- II) Pela conveniência da administração municipal, a juízo da autoridade que podedeu a contratação;
- III) Quando o contratado incorrer em falta disciplinar.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese do Inciso II deste artigo, o contratado terá direito ao 13º salário proporcional ao tempo de serviço prestado e o pagamento de indenização correspondente ao valor da última remuneração mensal percebida.

Parágrafo segundo - A extinção do contrato nos casos do Inciso I será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art. 9º - É vedada a administração Municipal atribuir ao contratado encargos ou serviços diversos daqueles constantes do contrato, bem como designação especial, nomeação para função de confiança, afastamento de qualquer espécie, exceto os compatíveis com a natureza do vínculo.

Art. 10 - Os requisitos básicos de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Art. 11 - O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos.

Art. 12 - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias, constantes do Orçamento Municipal, ou da Lei autorizativa de abertura de Crédito Especial.

Art. 13 - Fica o Prefeito Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei, no que couber, mediante decreto.

Art. 14 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia primeiro de janeiro de mil novecentos e noventa e sete, revogando todas disposições em contrário.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL
DE LAJINHA, ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DEZ
DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE MIL NOVE-
CENTOS E NOVENTA E SETE. (10-12-1997)

Ver. PAULO CÉZAR HASTENREITER PORTES
Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 12-12-97, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel
At. Legislativo

ANEXO I

Cargos de Natureza Temporária			
Denominação de Cargos	Cargos	Nível	Venc.Básico
Auxiliar Especializado	30	III	R\$ 216,00
Alfabetizadora/Regente	3	I	R\$ 120,00
Auxiliar Administrativo	2	VII	R\$ 408,00
Auxiliar de Serviços	134	I	R\$ 120,00
Bioquímico	2	XVI	R\$ 840,00
Cirurgião Dentista	7	XVI	R\$ 840,00
Digitador	4	IV	R\$ 264,00



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Enfermeiro	1	XVI	R\$ 840,00
Farmacêutico	1	XVI	R\$ 840,00
Fiscal de Postura	4	III	R\$ 216,00
Fiscal de Saúde	4	III	R\$ 216,00
Oficial Especializado	4	VI	R\$ 360,00
Médico Família	1		R\$ 8.000,00
Médico Clínico	6	XVI	R\$ 840,00
Auxiliar de Serviços	28	I	R\$ 120,00
Mestre de Obras	1	XI	R\$ 600,00
Motorista veículos leves	13	VI	R\$ 360,00
Oficial de Serviços	10	II	R\$ 168,00
Operador de Máquinas	2	VI	R\$ 360,00
Professor	119	IV	R\$ 264,00
Professor de Pré-escola	1	V	R\$ 291,20
Professora Leiga	1	III	R\$ 216,00
Secretário Adjunto Fazenda	1	XI	R\$ 600,00
Supervisor de Educação	1	VII	R\$ 408,00
Técnico de contabilidade	1	VII	R\$ 408,00
Técnico de Laboratório	1	VII	R\$ 408,00

ANEXO II

REQUISITOS BÁSICOS PARA A CONTRATAÇÃO

<i>Requisitos Básicos</i>	<i>Duração do Contrato</i>	Jornada de Trabalho	Descanso
Qualificação Profissional	Seis meses	Oito horas ressalvadas as disposições legais especiais	A ser fixada por Decreto do Prefeito, respeitadas as disposições legais.
Ser Brasileiro, provar boa saúde, estar em dia com a Justiça Eleitoral			
Idade			